

Cortes no Orçamento de 92 chegam a 25%

O Governo enviou ontem ao Congresso Nacional o orçamento para 1992, a ser modificado e aprovado pelos parlamentares até o final do ano. São Cr\$ 48,9 trilhões de receitas tributárias e despesas, em números que serão corrigidos de acordo com a inflação. Trata-se do orçamento mais magro já remetido pelo Executivo ao Congresso Nacional. Está previsto crescimento apenas para a saúde, educação e seguridade social, enquanto haverá redução de gastos de 30 por cento sobre o que foi liberado este ano e de 25 por cento em média para os outros setores.

Por determinação do presidente Fernando Collor, segundo relato do secretário Nacional de Orçamento, Pedro Parente, os gastos com o programa nuclear foram protegidos na efetuação de cortes e os Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs) terão Cr\$ 346,8 bilhões.

Para 1992 está previsto que não haverá crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o Governo ampliará sua renúncia fiscal concedendo incentivos que vão consumir 1,87 por cento do PIB, cerca de Cr\$ 2 trilhões. Pela primeira vez, a lei orçamentária prevê que o Governo tomará todas as medidas necessárias, como cortes e contingenciamento dos recursos, para adequar as despesas à receita prevista.

A exposição de motivos que acompanha o orçamento prevê que a massa de salários cairá 4,6 por cento este ano e que, no ano

que vem, o nível de empregos ficará igual ao do segundo semestre deste ano. E os assalariados, isoladamente, contribuirão com a maior parcela da receita, pois dos Cr\$ 5,2 trilhões a serem arrecadados com o Imposto de Renda, Cr\$ 1,6 trilhão virão das empresas, Cr\$ 323 bilhões da declaração de pessoas físicas e Cr\$ 3,2 trilhões do IR descontado na fonte.

Outra inovação na lei orçamentária foi a criação, por sugestão da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), do Plano de Desenvolvimento Integrado do Nordeste (PEDRI/NE), que coordenará a aplicação de todos os recursos a serem destinados aos estados nordestinos, da ordem de 4 bilhões de dólares, ou seja, mais de Cr\$ 1 trilhão.

As transferências de recursos para os estados e municípios vão totalizar Cr\$ 4,1 trilhões. Os gastos com o pagamento de pessoal ficarão em Cr\$ 4,9 trilhões e os benefícios a serem concedidos pela Previdência Social chegarão a Cr\$ 5 trilhões. Também serão astronômicos os gastos com a dívida pública. Além de Cr\$ 22,6 trilhões com a rolagem de títulos (recursos que o Governo vai tirar do mercado para em seguida resgatar títulos (recursos que o Governo vai tirar do mercado para em seguida resgatar títulos que irão vencer serão gastos outros Cr\$ 824 bilhões somente com a remuneração de títulos, considerando-se a parcela de gastos com juros, superior à inflação.